

ELETROSUL de Tubarão pode parar pelo pagamento da URP

Nesta sexta-feira a Justiça deverá se pronunciar sobre a questão do pagamento das URPs de abril e maio aos empregados da ELETROSUL de Tubarão, que até agora não receberam este direito. Apesar de ter ingressado com ação idêntica à de Florianópolis e outras regiões do estado, o Sindicato de Tubarão teve por duas vezes decisão judicial contrária ao pagamento.

No dia do julgamento da questão, a Intersindical estará reunida em Tubarão para avaliar a sentença e discutir os encaminhamentos cabíveis. Na segunda-feira (dia 25) os empregados da ELETROSUL em Tubarão realizarão assembleia para definir a posição da categoria frente a esta situação.

Sem estas URPs, o pessoal de Tubarão acumula uma perda de mais de 50% de seus salários. Diante desta situação, não está descartada a possibilidade de deflagração de uma greve.

A Intersindical está chamando a atenção de todos os eletricitários para esta situação injusta. A solidariedade e a união de toda a categoria, mesmo daqueles que já receberam o direito, é fundamental para que fatos como este não se repitam.

CELESC afasta Sindicatos do Plano de Carreira

Mais uma vez a "gestão participativa" da CELESC golpeou a implantação do Plano de Carreira. Desta vez ela suspendeu a participação dos representantes dos sindicatos no grupo de enquadramento, inclusive jogando a conclusão desta fase que "somente será procedida quando do término de outras etapas do trabalho".

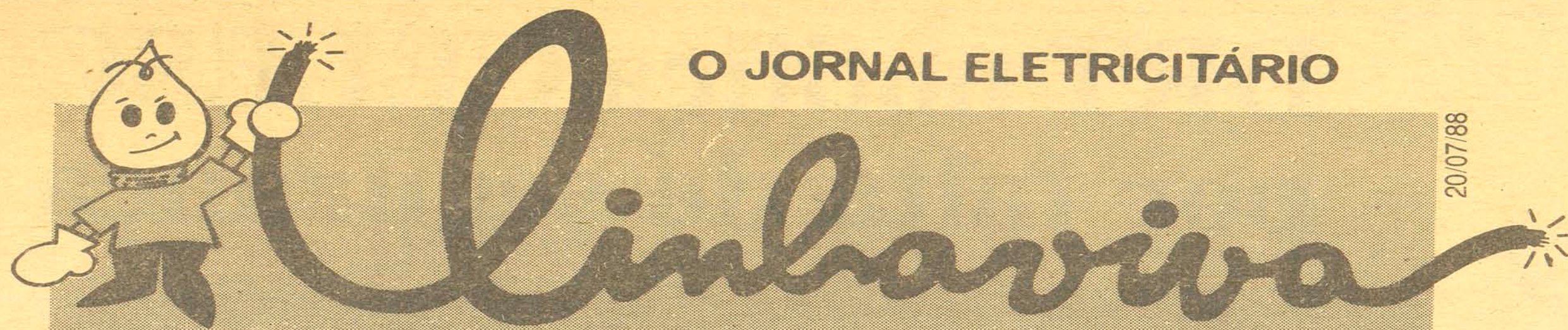
Com esta atitude os dirigentes da CELESC revelaram a intenção de afastar os sindicatos da parte mais importante do Plano de Carreira, pois até agora foi feito apenas um levantamento dos empregados e não o enquadramento propriamente dito.

Na prática o Plano foi "empurrado com a barriga" e para longe do controle dos empregados. Uma atitude autoritária que se soma às tantas outras já praticadas pela diretoria da CELESC.

A questão do Plano de Carreira deverá ser alvo de atenção dos empregados. Só a mobilização vai garantir a sua implementação nos moldes desejados pela categoria. De agora até a campanha salarial, organização e luta são as palavras de ordem.

ASSEMBLÉIA

Dia 2 de agosto às 18 horas, em Florianópolis (Auditório do CRC), assembleia geral para escolha de delegados para os congressos Regional e Nacional da CUT. Compareça, participe, debata! As teses estão à disposição dos interessados, no Sindicato.



Sind. Eletricitários Fpolis/Sind. Eletricitários Tubarão

JORN. RESP. DRT/RS 6166

nº 19

20/07/88

Pauta pronta e mobilização: Campanha Salarial avança na CELESC

Com cerca de 50 pessoas vindas de todos os cantos do estado, a Plenária de base da CELESC elaborou a forma definitiva da pauta de reivindicações da Campanha Salarial deste ano. A pauta, que foi elaborada inicialmente pela Intersindical, foi enriquecida em uma Plenária (em Joaçaba) e assembleias gerais em todo o estado.

Nos pontos centrais da pauta permaneceram a garantia no emprego, reajuste de 64,18%, garantia de direitos adquiridos, anuênio de 6%, etc... Foi aprovado, também, o indicativo de mudança de data-base para novembro, buscando a unificação com outras empresas do setor elétrico que têm campanha salarial no segundo semestre. Com a mudança de data-base, os celesquianos só têm a ganhar, pois a pauta continua a mesma, tendo os seus pontos centrais unificados com outras campanhas que movimentarão todo o Brasil.

DIVULGAÇÃO

A pauta definitiva será encaminhada à empresa para que se iniciem as negociações com vistas ao Acordo ou eventual Dissídio. Ela também será amplamente divulgada para que todos os empregados tenham conhecimento de cada cláusula e possam acompanhar e participar ativamente de todas as discussões da campanha salarial.



Pauta foi concluída em Tubarão

UNIDADE

A Intersindical salientou na Plenária a necessidade de a categoria permanecer unida e mobilizada. A Empresa vai investir no sentido de dividir os celesquianos para desestabilizar a campanha salarial. Não resta dúvida de que é a própria categoria quem vai escrever, com a sua mobilização, a história desta campanha salarial.



Marionetes do sistema

Mauro Guimarães Passos
Vice-pres. do Sind. Eletricitários Fpolis.

Durante um seminário sobre estatais realizado em São Paulo, o Secretário Geral da SEST, Júlio Colombi, apresentou um quadro mostrando a evolução das despesas correntes com salários e encargos sociais versus encargos financeiros e amortizações de 176 empresas estatais entre 1980 e 1986. Sobre este quadro o economista Paulo Sandroni, da PUC/SP e da Fundação Getúlio Vargas, escreveu na Folha de São Paulo um artigo intitulado "As Estatais, a URP e o Déficit Público", de onde extraímos algumas observações interessantes, como por exemplo: — nestes seis anos (80/86), sobre este ponto de vista do déficit, o aumento da massa de salários e encargos sociais foi nulo;

— já neste mesmo período, as despesas com os encargos financeiros e as amortizações ti-

veram um crescimento real de 147% e 178% respectivamente; — em 1980 a soma das despesas com juros e amortizações das estatais era inferior às despesas com o total dos salários e encargos sociais;

— em 1986, o quadro sofreu uma total inversão, pois as estatais gastaram mais do que duas vezes as despesas com pessoal e encargos sociais, para pagar os seus compromissos com juros e amortizações.

Lembra ainda o eminente economista, no seu artigo, que os números apresentados pela SEST mostram a insensatez de congelar salários em nome da redução do déficit público, quando a causa primordial do déficit encontra-se no insustentável crescimento das despesas financeiras. Como estes dados são oficiais, imagina-se que sejam do conhecimento dos dire-

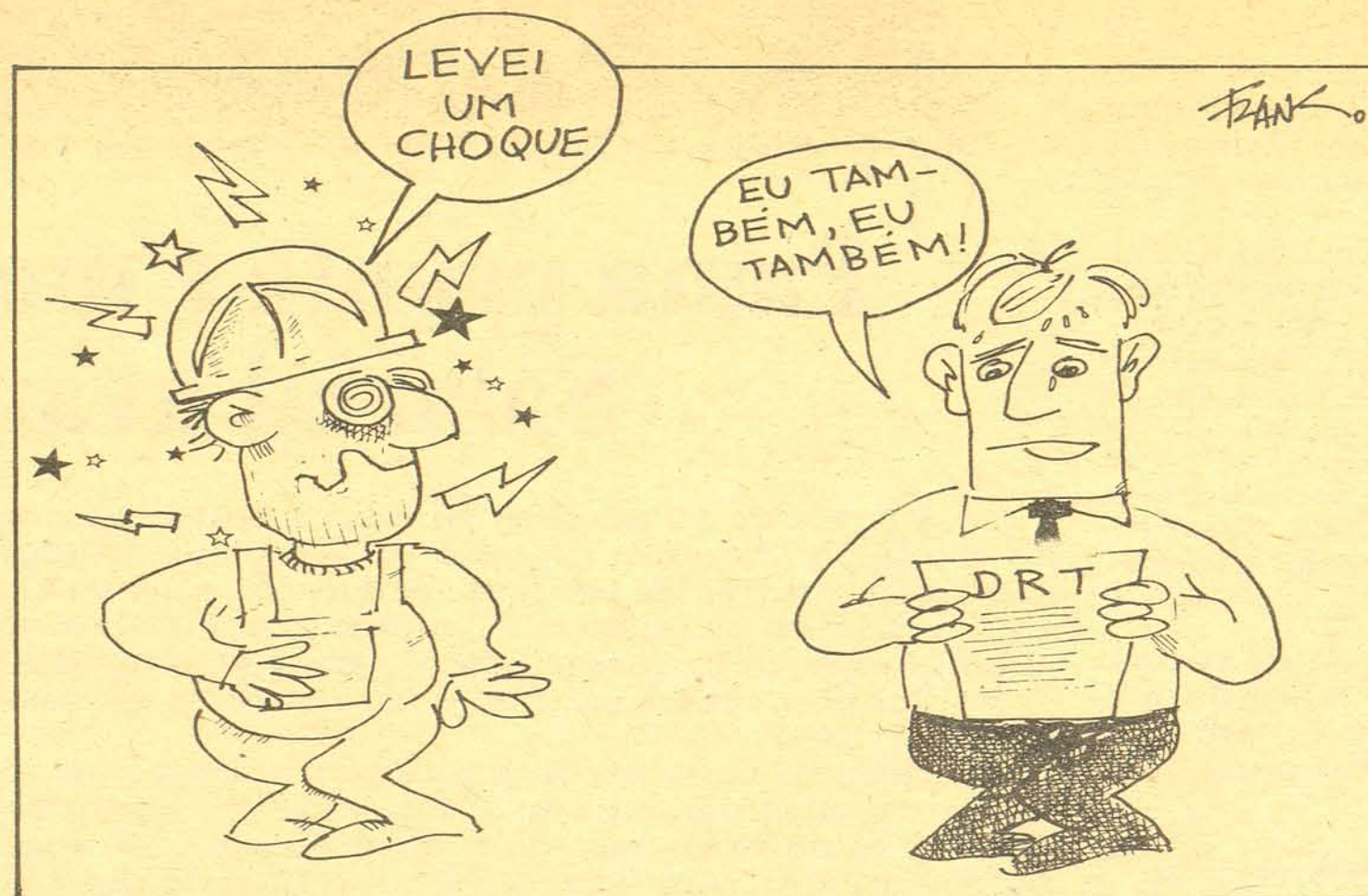
tores das empresas estatais, estes mesmos senhores que tiveram a nobre missão de usurpar a URP dos empregados pelo fim do déficit público e pelo bem da Nação. Com raríssimas exceções, são esses mesmos diretores que funcionam como verdadeiros MARIONETES DO SISTEMA, aceitando passivamente tudo que vem de cima, os principais responsáveis por este quadro insustentável, pois são incapazes de rebelarem-se contra a verdadeira causa do déficit público, que passa obrigatoriamente por um planejamento sério, pelo fim das obras desnecessárias e inacabadas e pelos pacotes externos que nos são empurrados goela abaixo. Portanto, deixamos no ar uma pergunta: será que nesta questão do déficit público a guilhotina está decepando a cabeça dos verdadeiros responsáveis? O tempo vai dizer...

DRT notifica CELESC por falta de segurança

A denúncia feita pela Intersindical com relação às condições de segurança do trabalho na CELESC repercutiu positivamente. A Delegacia Regional do Trabalho notificou a Empresa por irregularidades de segurança e medicina do trabalho.

As agências de Tubarão, Rio do Sul, Joinville e Blumenau terão que cumprir a lei e contratar profissionais especializados em segurança e instalar materiais e equipamentos.

De certa forma, esta foi uma outra forma da realidade responder ao telex do presidente da CELESC, Nogert Wiest, que dizia que os sindicatos não se preocupavam com a questão de segurança. Ao que parece, a empresa não anda dentro dos melhores padrões de segurança.

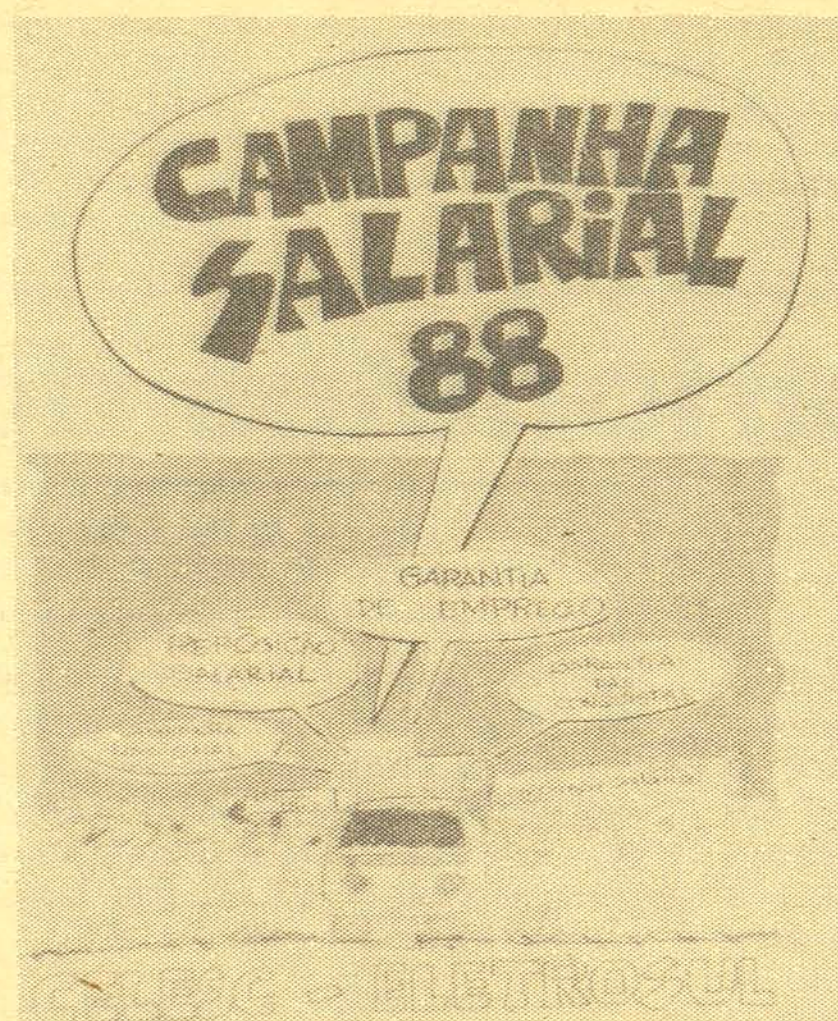


Iniciada a Campanha Salarial da ELETROSUL

Com o lançamento de um jornal LUTA URBANITÁRIA apresentando a proposta de pauta de reivindicações da Intersindical, inicia esta semana a campanha salarial 88/89 da ELETROSUL. Logo mais, no dia 6 de agosto, uma Plenária de Base que acontece em Curitiba vai debater a pauta com representantes de todas as áreas da empresa.

A Plenária é composta de um representante por departamento (eleito para este fim), além dos delegados sindicais e diretores dos sindicatos. Após este evento ocorrerão assembleias em todos os sindicatos para discutir a pauta. A versão definitiva será dada em outra plenária dia 20 de agosto em Tubarão.

O jornal que apresenta a proposta de pauta destaca questões como a garantia no emprego, a possibilidade de realização de uma campanha nacional dos eletricitários e a luta contra a privatização como carro-chefe da campanha.



Constituinte: Turno de seis horas pode cair

Uma antiga reivindicação dos milhares de trabalhadores que exercem suas tarefas em turnos ininterruptos, o turno de seis horas foi aprovado no primeiro turno da Constituinte. Mas esta conquista está ameaçada: os empresários e o governo estão prontos para derrubá-la no segundo turno.

Mas os interesses econômicos, como sempre tem sido, são colocados acima das necessidades dos trabalhadores.

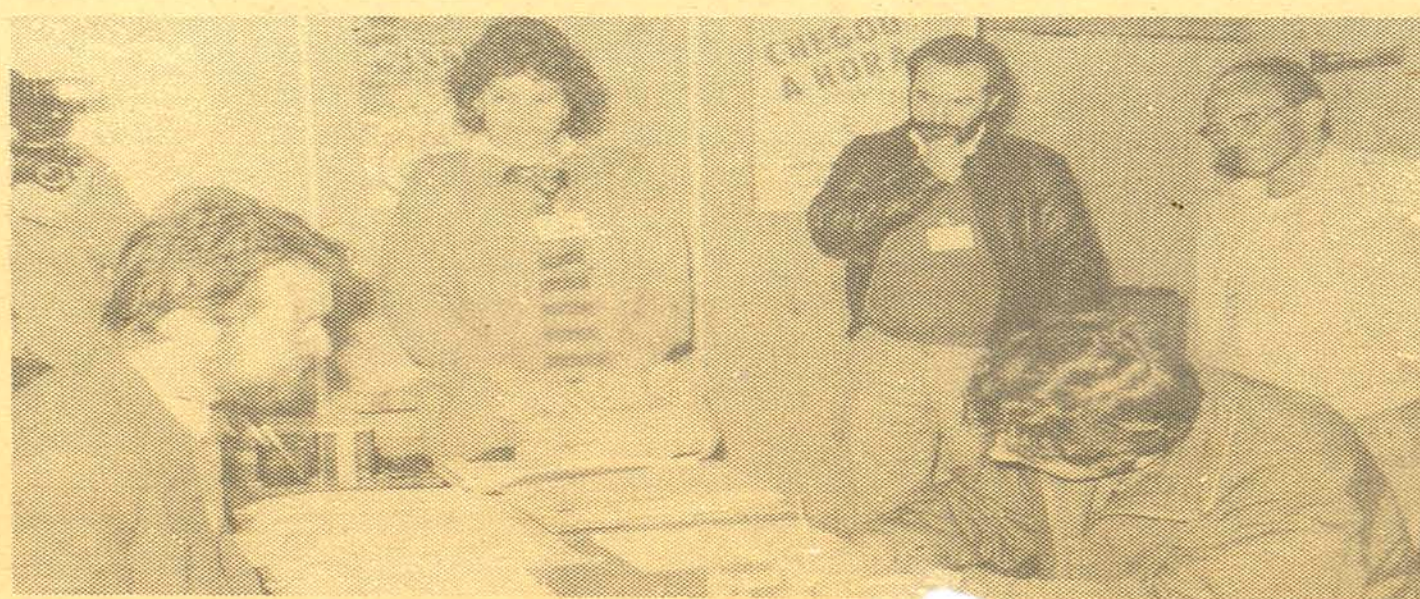
A Constituinte tem se mostrado "intocável" diante das manifestações populares. Derrubou as diretas já, a reforma agrária, a estabilidade no emprego, a nova estrutura sindical, etc... A prova mais concreta do conteúdo antipovo da Constituinte.

Aos trabalhadores cabe, ainda, lutar para que as migalhas conquistadas não sejam liquidadas. Mas a maior tarefa é a denúncia do que é a futura Constituição: uma Carta feita longe do povo, contra ele e que pretende apenas perpetuar o poder dos banqueiros, latifundiários e grandes empresários.

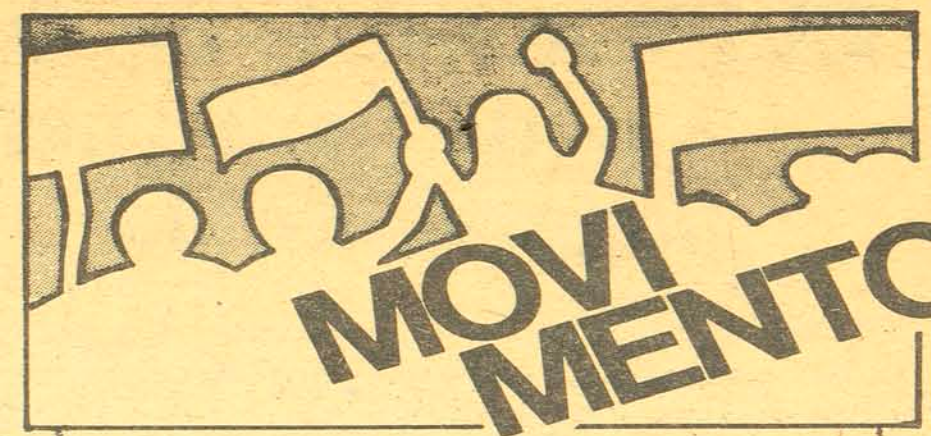
CELESC demite e Justiça reintegra

Pontualmente às 17 horas do dia 12, o assessor do presidente da CELESC assinou mais uma vez a reintegração de Vera Lúcia Dias Abraham, só que desta vez um oficial de justiça foi garantir o cumprimento da lei. Pois a CELESC havia assinado uma reintegração e no entanto voltou a despedir a funcionária, "sem justa causa e na vigência de garantia de emprego". Mas parece que Vera Lúcia ainda não vai retornar ao seu cargo no Departamento Comercial, já que a empresa tratou de afastá-la por mais seis meses, obrigando-a a aceitar férias e licença-prêmio.

Esta perseguição a Vera Lúcia expressa a concreta vontade da CELESC de não cumprir a cláusula da "garantia de emprego", conquistada em Acordo Coletivo em 1986. A Justiça caracterizou a demissão como "crime de desobediência" e fez constar no processo um comunicado ao Ministério Público para "apuração da responsabilidade de quem descumpriu a ordem". Ou seja, isto pode dar cadeia para quem demitiu. A reintegração só acontece graças à vigência da garantia de emprego, que deveria ser um dos principais pontos da Campanha Salarial deste ano.



Oficial de Justiça assinou a reintegração



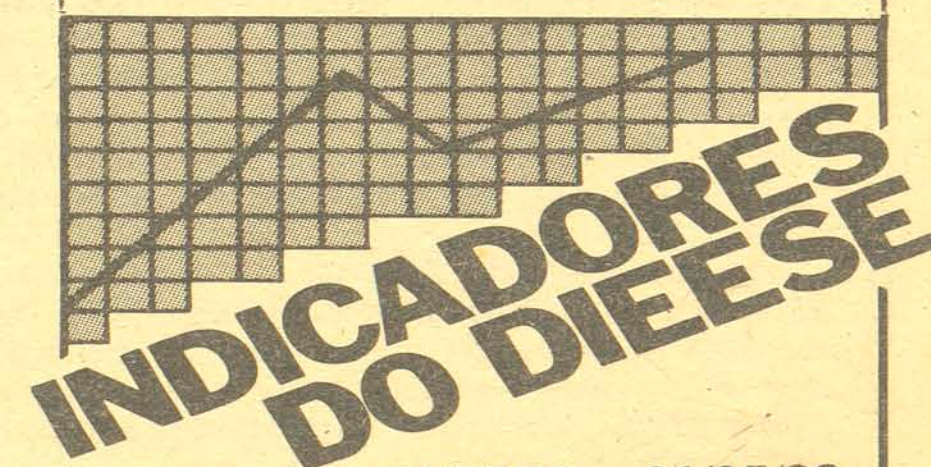
Greve

Cansados de esperar por um salário atrasado há quatro dias e que iria atrasar mais oito, além dos dez já permitidos pela CLT, os empregados da Sucursal de Florianópolis do Jornal de Santa Catarina entraram em greve no dia 12 deste mês. Apesar das ameaças de demissões em massa, os jornalistas não se intimidaram e a adesão foi geral. No dia 15, os donos do jornal apresentaram a proposta de não descontar os dias parados, não demitir ninguém, e pagar os salários dia 18, segunda-feira. Os empregados aceitaram a proposta, só que o dinheiro não apareceu, então a Assembleia foi unânime: agora é greve até o dinheiro aparecer.

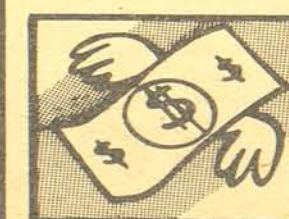
Suspensão

Na tarde do dia 12, o presidente da Associação dos Funcionários da Fundação Catarinense de Cultura, Alzemi Machado, saía de uma audiência, onde servia como testemunha dos demitidos do Teatro do CIC, quando recebeu um soco. A agressão partiu do representante da Fundação, o bacharel em Direito Cid Gonçalves Filho, que, não satisfeito com as provocações orais, partiu para a agressão física. No outro dia Alzemi tinha seu contrato suspenso com inquérito na Justiça.

Tentando mudar esta decisão, vários presidentes de sindicatos, associações e mais um representante da CUT estiveram na sala da Secretaria da Cultura. Lá, depois de muita conversa, eles souberam pela própria Zuleika Lenzi que, apesar de Alzemi já estar suspenso, o pedido ainda não havia dado entrada na Justiça. Muitas argumentações foram feitas até Zuleika se comprometer a não dar entrada da suspensão na Justiça até o dia 19, quando depois de conversar com a Assessoria Jurídica ela dará um parecer final sobre o caso.

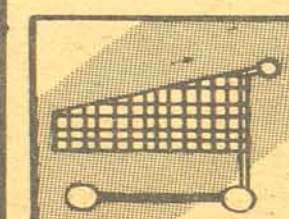


01/05/88 a 31/05/88



AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários - 21,90
1 a 5 Salários - 21,26
1 a 30 Salários - 21,09



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

- Cz\$ 6.796,94



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

- Cz\$ 32.358,06